

Ao Ilmo. Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Bayeux

Ref.: Recurso Administrativo

Pregão Eletrônico n.º 001/2023

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE SISTEMA DE FOLHA DE PAGAMENTO PARA SER UTILIZADO PELO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DO MUNICÍPIO DE BAYEUX-PB

DESOSP SERVIÇOS EM INFORMÁTICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 08.169.959/0001-67, Inscrição Estadual: ISENT0, sediada à Rua Abrahao Delega, 113, Jardim Ocara, Santo André - SP - CEP 09.051-080, telefone (11) 4386-1386, e-mail: analista2@licitabr.com, vem respeitosamente, por seu procurador infra-assinado, apresentar **RECURSO ADMINISTRATIVO**, contra a habilitação da empresa **PUBLIC SOFTWARE INFORMÁTICA LTDA. CNPJ: 07.553.129/0001-76**, com fulcro no item 16 do edital, bem como na lei 10.520/2002 e na Lei nº. 8.666 de 21 de junho de 1993, pelos fatos e motivos a seguir expostos:

DA BREVE SÍNTESE DOS FATOS

A recursante participou da referida licitação, ofertando proposta totalmente de acordo com o descritivo do edital, que traz, entre outras exigências, as seguintes obrigações:

4.3. **Suporte técnico** em horário comercial, a qual atenderá dúvidas e sugestões através sistema de atendimento que une recursos de **Help Desk** e **Service Desk**, abrindo ticket de atendimento, com **acompanhamento em tempo real pelo usuário**, armazenamento dos chamados com históricos, **integração com canais de comunicação** como E-mail, Telefone, WhatsApp, Chat online e gratuito disponível na ferramenta.

Ocorre que a empresa Public Software apenas copiou e colou o descritivo do edital, ofertando valor totalmente fora do praticado no mercado, visto que o valor ofertado por este licitante contempla apenas o valor do sistema, e o edital busca contratar um serviço que ofereça, além do software o suporte de atendimento, que contenha: suporte técnico, recursos de help desk e service desk, o que definitivamente não pode ser ofertado por apenas R\$ 3.200,00.

Como exemplo, elencaremos abaixo alguns certames e os valores estimados para prestação de serviço similar ao do objeto do presente edital:



JEANDERSON FERNANDES
BRANDAO:79500862204

Assinado de forma digital por
JEANDERSON FERNANDES
BRANDAO:79500862204

ESTADO DO PARÁ
Prefeitura Municipal de Terra Santa
Comissão Permanente de Licitação
Pregoeiro e Equipe de Apoio



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2021/03-PMTS

ORÇAMENTO ESTIMADO EM PLANILHA DE QUANTITATIVOS E PREÇOS UNITÁRIOS

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNIDADE	VALOR
1	SERVIÇOS DE LICENÇA DE USO (LOCAÇÃO) DE SISTEMA DE INFORMÁTICA E GDIP.	48	MÊS	R\$ 9.583,00
2	SERVIÇOS ARRENDAMENTO DOS SISTEMAS DE FOLHA DE PAGAMENTO (SFP) E PORTAL DA TRANSPARÊNCIA (TDP)	48	MÊS	R\$ 6.166,00
3	SERVIÇOS DE LICENÇA DE USO DO SOFTWARE DO SISTEMA TRIBUTÁRIO/ARRECADÇÃO, ATUALIZAÇÃO E SUPORTE.	48	MÊS	R\$ 3.500,00

Fonte: [PESQUISA-DE-MERCADO-16.pdf \(terrasanta.pa.gov.br\)](#)

O Conselho Federal de Medicina Veterinária – CFMV, por meio do seu **Pregoeiro e sua Equipe de Apoio**, designados pela Portaria nº 002, de 09 de janeiro de 2018, levam ao conhecimento dos interessados que realizará a licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO, POR GRUPO/LOTE ÚNICO** mediante as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto a aquisição de sistema de folha de pagamento para o CFMV, conforme especificações estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

2. DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. A despesa com a execução do objeto desta licitação é estimada em **R\$ 428.320,02** (quatrocentos e vinte e oito mil, trezentos e vinte reais e dois centavos), conforme o Anexo II – Orçamento Estimativo.

Fonte: [Pregão Eletrônico 004-2018 - SISTEMA DE FOLHA DE PAGAMENTO. V.F.pdf \(cfmv.gov.br\)](#)

Observa-se que licitações anteriores, com o objeto similar, possuem o valor estimado mensal, bem acima do praticado pelo licitante Public Software, o que confirma nosso questionamento em relação ao valor ofertado, que está muito abaixo para ser executado em conformidade com o que determina o edital.

Outro ponto que deve ser verificado é que os documentos apresentados pela Public Software estão em desacordo com a legislação vigente e com os termos do edital, visto que possuem autenticação digital inválida, já que o serviço de autenticação digital prestado pelo Cartório Azevedo Bastos está suspenso em razão de intervenção determinada pela Conselheira Jane Granzoto Torres da Silva, do Conselho Nacional de Justiça. Desta forma, todas as autenticações digitais deste cartório não possuem validade, ou seja, não garantem a veracidade dos documentos.



Este fato é facilmente comprovado consultando o QR CODE da declaração de serviço de autenticação digital, que consta no contrato social e também nos atestado de capacidade técnica apresentados pela Public Software.



Portanto, a documentação apresentada por esta licitante não atende ao edital, já que no item 12.2.4 Qualificação Técnica é exigido que o documento seja devidamente reconhecido e portanto deve ser inabilitada:

12.2.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

12.2.4.1 A documentação relativa à Habilitação Técnica será constituída por:

a) Comprovação de capacitação técnico-operacional da licitante (Art 30, II da Lei 8.666/93) através de Atestado (s) de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução de serviços ou de fornecimento, em características, quantidades e prazos semelhantes com o objeto da licitação.

a.1) Quando o Atestado de Capacidade Técnica for emitido por ente privado deverá este ser com firma reconhecida de quem o subscreveu (emitente).

a.2) Em caso de dúvidas sobre a autenticidade dos atestados, a Administração poderá diligenciar junto aos emitentes do mesmo de acordo com o parágrafo 3º do art. 43, da Lei 8.666/93.

DO DIREITO

Já em relação à Lei federal 8.666/1.993, como já mencionado, principalmente no que se refere ao art. 3 caput e §1º que destacamos abaixo, in verbis:

Art. 3o A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010) (Regulamento) (Regulamento)

§ 1o É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de

sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5o a 12 deste artigo e no art. 3o da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991; (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010) grifo nosso

Deste modo, manter a proposta da empresa Public Software viola o princípio da isonomia, já que o licitante não obedeceu as normas estipuladas pela Lei e pelo Edital e ainda, pela concorrência desleal, uma vez que oferecendo serviço inferior ao solicitado pelo edital, apresenta uma proposta que não é de fato vantajosa, já que o serviço não possui todas as características exigidas pelo órgão e por isso possui um valor mais baixo. Esta prática viola o princípio da seleção da proposta mais vantajosa e ainda compromete o caráter competitivo, pois faz com que fornecedores sérios concorram com empresas que ofertam qualquer serviço, sem pensar na qualidade, mas almejando apenas vencer o certame a qualquer custo.

Ainda sobre o cumprimento da Lei 8.666/1.993, os agente públicos responsáveis pelo edital e pelo julgamento das propostas não podem agir discricionariamente, pois devem obediência à Lei.

Sobre o tema destacamos o art. 41, que traz a seguinte diretriz:

“Art. 41. A Administração **não pode descumprir as normas e condições do edital**, ao qual se acha estritamente vinculada”.(grifo nosso)

Por conseguinte, no caso em tela, não é possível manter a empresa Public Software classificada/habilitada de nenhuma forma, pois os erros apresentados não podem ser resolvidos, vez que não são erros de digitação ou de algum tipo capaz de manter a proposta e a habilitação da empresa, ou seja, não se trata de excesso de

formalismo mas sim da observância da Lei. Tratam-se, portanto, de erros graves e que por sua natureza devem ensejar a inabilitação imediata da licitante.

Ainda sobre o tema, a Administração Pública tem o dever de observar os princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, **segurança jurídica**, interesse público e eficiência.

Destacamos aqui o princípio da segurança jurídica, que traz em seu bojo a obediência das normas estipuladas no ato convocatório, ou seja, o que está determinado no edital deve ser obedecido. Não é possível alterar as cláusulas do edital após a realização da licitação, mesmo com a justificativa de se buscar proposta financeiramente mais vantajosa, pois caso contrário a Administração acabará por abrir precedentes para alterações nos certames, violando assim a legislação e os princípios basilares da Constituição e que integram a Lei de Licitações e contratos administrativos.

Deste modo, temos na doutrina que o princípio da segurança jurídica se justifica pelo fato de serem comuns, na esfera administrativa, reiteradas mudanças de interpretação de determinadas normas legais, afetando situações já reconhecidas e consolidadas na vigência de orientação anterior (DI PIETRO, 2013, p. 85). Ocorre que tais mudanças de interpretação de normas, no âmbito administrativo, geram insegurança jurídica, pois os administrados não sabem se seu patrimônio e seus direitos estão protegidos. Logo, temos a necessidade da aplicação do princípio da segurança jurídica, visando garantir que as normas do edital sejam devidamente obedecidas, impedindo que ocorra uma interpretação que forneça privilégio para alguns licitantes e prejuízo de outros.

Por todo exposto, reforçamos que a empresa Public Software deve ser imediatamente inabilitada, pois ofertou serviço com características diferentes do descritivo do edital, além de ter apresentado atestado de capacidade em desacordo com o objeto do edital, fatos que não podem ser ignorados pela Administração Pública.

Portanto, requeremos que a empresa Public Software seja totalmente inabilitada do certame, por não ter atendido às normas do edital e que a empresa

DESOSP seja classificada como vencedora do presente certame como medida de Justiça!

Hortolândia, 26 de janeiro de 2023

Termos em que,
Requer Deferimento.

Edson Batistella Junior
Procurador
CPF N° 369.964.578-90
RG N° 34039995-8